

# RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

18 de maio de 2021



Na última semana, o Governo decidiu aumentar a regra salarial para algumas categorias do funcionalismo público, incluindo Presidente e Vice-presidente. Segunda a Portaria do Ministério da Economia nº 4.975/2021, além deles poderão receber acima do teto constitucional os ministros, servidores civis aposentados e militares da reserva que ocupem cargos comissionados ou eletivos. Atualmente, o teto é de R\$39,2 mil.

Mais de uma dúzia de projetos de decreto legislativo foram apresentados para sustar os efeitos dessa Portaria<sup>1</sup>, e solicitam ao ministro da Economia a relação de todos os servidores públicos beneficiados e seu impacto orçamentário. Pelo jeito, as “medidas de austeridade” são sempre para os outros. O Governo se recusa a taxar grandes fortunas e ainda alega falta de recursos para Educação, Saúde e combate à Pandemia.

E não satisfeitos com o que estão fazendo no Executivo, a tropa de choque aprovou, em regime de urgência, o PRC 84/2019, que altera o Regimento Interno Câmara para reordenar o uso da palavra em sessão e para dispor sobre o tempo de duração das sessões. Diminuiu assim o tempo e as possibilidades de debate.

Também teve a aprovação do PL 3729/2004. Instituições ligadas à causa socioambiental se posicionam contra a proposta, pois o projeto recomenda a dispensa de licenciamento para atividades agropecuárias, a criação do licenciamento autodeclaratório e a flexibilização das exigências ambientais em todo país. O Projeto segue agora para o Senado. Junto à proposta de Voto Impresso, o avanço dos projetos já é resultado da pressão contra o Governo, que já deu resultado na última pesquisa de avaliação.

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara foi palco de mais um episódio de violência contra a deputada federal Maria do Rosário (PT/RS). Ela foi ameaçada pelo deputado Éder Mauro (PSD/PA) e teve a sua fala cerceada pela presidente da Comissão, a deputada Bia Kicis (PSL/DF). As deputadas usaram as redes para denunciar mais esse episódio de violência política.

<sup>1</sup> PROJETOS RELACIONADOS À PORTARIA: PDL 193/2021, PDL 192/2021, PDL 188/2021, PDL 187/2021, PDL 186/2021, PDL 185/2021, PDL 184/2021, PDL 189/2021, PDL 195/2021, PDL 197/2021, PDL 198/2021, PDL 199/2021, PDL 201/2021, PDL 200/2021; ALÉM DE DOIS REQUERIMENTOS (RIC 597/2021 E RIC 614/2021)

O Brasil se aproxima das 440 mil mortes por Covid-19 com a vacinação ainda devagar e repleta de problemas. A CPI da Pandemia no Senado já ouviu dois ex-ministros da Saúde, o atual, o diretor da Anvisa, o ex-secretário de Comunicação do Governo e o CEO da Pfizer na América Latina. O esperado depoimento do general Pazuello está marcado para o dia 19 de maio. Não bastasse a CPI, o Governo se vê às voltas com as denúncias da compra de apoio parlamentar com um orçamento paralelo e secreto de R\$ 3 bilhões de reais.

No Distrito Federal, a Câmara Legislativa apresentou o relatório final da CPI do Femicídio e concluiu que faltam orçamento para políticas públicas e protocolo de atendimento às vítimas; e que as mulheres negras e de baixa renda são a maioria das vítimas de assassinatos por questões de gênero na capital do país.

“Nem bala, nem fome, nem Covid” foi a chamada para manifestações que ocorreram em todo o Brasil contra a chacina do povo negro, a fome e a falta de vacinas. Os atos utilizaram do dia 13 de maio para marcar a luta contra o racismo e contra as 28 mortes no Jacarezinho, no Rio de Janeiro.

## EM PAUTA NA SEMANA

DE 17 A 21 DE MAIO

Para esta terça-feira (18/05) foi convocada sessão deliberativa. Na pauta do Plenário, alguns projetos de interesse das mulheres. Como o PL 1568/2019, sobre a pena mínima para o crime de feminicídio, que tem como relatora a deputada policial Katia Sartre (PL/SP). Outro que nos interessa é o PL 2228/2020, sobre o levantamento e divulgação da demanda por vagas em creches em todo o país. De interesse do Movimento de Mulheres Camponesas, tem o PL 823/2021, que estabelece medidas emergenciais aos agricultores familiares.

## COMISSÕES DA CÂMARA

Comissão de Cultura (CCULT) discute o PL 6366/2019, de autoria do deputado David Miranda (PSOL/RJ) e outros, que institui o Dia Nacional das Defensoras e Defensores de Direitos Humanos. A relatora, deputada Professora Rosa Neide (PT/MT) deu parecer pela aprovação.

Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) discute o PL 7181/2017, de autoria da deputada Gleise Hoffmann (PT/PR), altera a Lei Maria da Penha para instituir o programa Patrulha Maria da Penha, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, para inserir a proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar como atividade imprescindível à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A relatora, deputada Magda Mofatto (PL/GO) deu parecer pela aprovação com emenda.

Vários projetos importantes na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), que deve discutir o PL 1655/2019, de autoria da senadora Marta Suplicy (MDB-SP). O PL altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei Maria da Penha, para dispor sobre o dever de o agressor indenizar a Previdência Social pelos valores pagos a título de benefícios previdenciários concedidos em decorrência de atos de violência doméstica e familiar. O relator, deputado Luiz Lima (PSL/RJ), deu parecer pela aprovação, com substitutivo.

Temos o PL 853/2019, de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP), que acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto. A relatora, deputada Vivi Reis (PSOL/PA), deu parecer pela aprovação, com substitutivo.

Já o PL 7004/2017, de autoria do deputado Weliton Prado (PMB/MG), tenta efetivar as ações de saúde que assegurem a prevenção, a detecção, o tratamento e o seguimento dos cânceres do colo uterino e de mama, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, para assegurar unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico. A relatora, deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), deu parecer pela aprovação, com emenda.

O PL 10043/2018, de autoria do deputado Fábio Trad (PSD/MS), que dispõe sobre a advertência quanto ao uso de anticoncepcionais. O relator, deputado Dr. Jaziel (PL/CE), deu parecer pela aprovação, com emenda e o relator, deputado Dr. Zacharias Calil (DEM/GO), parecer pela aprovação.

Por fim, também na CSSF, o PL 2737/2019, de autoria do deputado André Ferreira (PSC/PE), que estabelece prioridade de atendimento social, psicológico e médico a mulheres vítimas de violência. O relator, deputado Luiz Lima (PSL/RJ), deu parecer pela aprovação, com emenda.

## SENADO

Na pauta do Plenário no Senado, a discussão do **Substitutivo da Câmara ao PL 598/2019**, de autoria do senador Plínio Valério (PSDB/AM), que institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher. A matéria está pendente de parecer da relatora, senadora Daniella Ribeiro.

## PROPOSTAS EM ANDAMENTO

O PL 6215/2016, de autoria do deputado Hélio Leite (DEM/PA), que institui o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, feriado Nacional teve aprovado parecer pela aprovação. A matéria vai à CCULT – Comissão de Cultura.

O PL 5872/2019, de autoria do deputado David Soares (DEM/SP), que estabelece a obrigatoriedade de notificação prévia e pessoal da ofendida acerca dos atos processuais relativos ao agressor, teve aprovado parecer pela aprovação. A matéria vai à CCJC.

O PL 2893/2019, de autoria da deputada Chris Tonietto (PSL/RJ), que revoga o art. 128 do Código Penal que dispõe sobre as situações em que o aborto é permitido no Brasil, foi distribuído à CMulher e aguarda a designação da relatoria.

O relator na CCJC, deputado Diego Garcia (PODE/PR), apresentou seu parecer ao PL 5654/2016, de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), que altera a Lei de Execução Penal para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto. O projeto trata também da assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto. No parecer o deputado destaca o mérito da proposta, mas a rejeita, por estar devidamente disciplinada pela legislação em vigor. Seu voto é, no mérito, pela rejeição do Projeto.

Foi publicada no Diário Oficial a Lei 14.151/2021, que dispõe sobre o afastamento da empregada gestante das atividades de trabalho presencial durante a emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus. A Fenatrad reivindica que a Lei seja cumprida inclusive para trabalhadoras domésticas.

# NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

## NO CONGRESSO NACIONAL

### Mais movimentações contra o direito ao aborto

A deputada Aline Sleutjes (PSL/PR), sugeriu uma medida de aperfeiçoamento acerca das diretrizes de controle aos medicamentos abortivos para o Governo Federal. Sob a justificativa de “coibir ainda mais a venda clandestina e assegurar a segurança da saúde da mulher”, a proposta sugere avaliar a pertinência da implantação de um sistema capaz de unificar a disponibilização de medicamentos abortivos na rede pública de saúde e demais hospitais, de forma que seja possível o controle desses medicamentos. Vale lembrar que indicações parlamentares não tramitam como os demais projetos, eles são enviados ao Governo que pode aceitar ou não.

Ao invés de “controlar”, por que não fiscalizar os investimentos para garantir uma rede de atendimento ampla e segura, que possibilite que as mulheres exerçam o direito de interromper a gravidez nos casos hoje autorizados em lei? Que ofereça métodos seguros e suporte para as mulheres que optarem pelo aborto? Uma rede de atendimento que ofereça esse mesmo cuidado, também para as mulheres que vivenciam abortos não provocados.

Medidas protetivas de urgência contra o autor do crime de perseguição é o que sugere o deputado Bosco Costa (PL/SE) com o PL 1787/2021.

Oferta de curso de defesa pessoal à mulher é o que propõe o PL 1813/2021, de autoria da deputada Soraya Thronicke (PSL/MS).

O PL 1756/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), dispõe sobre a oferta e a realização, no âmbito do Sistema Único de Saúde, de cirurgia de Gigantomastia ou hipertrofias mamárias.

### Audiência para tratar da vacinação contra a Covid-19 em Gestantes

A deputada Carmen Zanotto (Cidadania/SC) pediu para que a CEXCORVI (Comissão Externa destinada a acompanhar ações preventivas ao corona vírus no Brasil) realize audiência para debater a vacinação contra a COVID-19 em Gestantes.

## O que fazer com a pobreza menstrual? Com quem não consegue comprar absorventes?

Já o [PL 1807/2021](#), de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA) e Lídice da Mata (PSB/BA), dispõe sobre o fornecimento de “kit” de saúde para a mulher de baixa renda nos estabelecimentos que especifica. A pobreza menstrual é uma condição que afeta pessoas em situação de vulnerabilidade econômica e social que não têm acesso a saneamento básico e recursos para a compra de protetores menstruais. Essa é uma questão de saúde pública e de direitos humanos, que denuncia a desigualdade.

Somente neste ano, já foram apresentadas outras nove propostas tratando do tema ([PL 128/2021](#), [PL 217/2021](#), [PL 061/2021](#), [PL 391/2021](#), [PL 672/2021](#), [PL 1547/2021](#), [PL 1666/2021](#), [PL 1686/2021](#) e [INC 202/2021](#)). Não seriam suficientes? Não seria o caso de discutir as propostas já apresentadas para se adotar uma política que, ao menos, amenize essa condição?

## Temos pressa na revogação da Lei de Alienação Parental

A deputada Celina Leão (PP/DF) pediu urgência para a apreciação do [PL 6371/2019](#) que revoga a Lei de Alienação Parental, apresentado pela deputada Iracema Portella (PP/PI). Na justificativa do PL, a Deputada argumenta que inúmeros especialistas e membros das comunidades jurídica e científica já assinalaram que a referida lei tem servido, em grande medida, como instrumento para que pais que abusaram sexualmente dos seus filhos possam exigir a manutenção da convivência com estas crianças. A reivindicação para a revisão da lei é feita por diversos grupos de mulheres desde que a primeira lei foi aprovada.

## Quantos casos de gravidez precoce ocorreram na pandemia?

A Comissão Externa que acompanha as ações do Governo Federal voltados para a Primeira Infância, pediu informações à ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, acerca do número de casos de gravidez precoce ocorridos durante o período da pandemia do coronavírus.

## Deputadas também têm direitos

A deputada Talíria Petrone (PSOL/RJ) apresentou o [PRC 39/2021](#), alterando o Regimento Interno da Câmara para dispor sobre a Licença Parental devida a deputadas e deputados; e o [PRC 38/2021](#), dispondo sobre a criação do Programa Direito à Amamentação no âmbito da Diretoria de Recursos Humanos da Câmara.

## Todo preconceito é hediondo

O [PL 1789/2021](#), de autoria do deputado Bira do Pindaré (PSB/MA), quer tornar hediondos os crimes resultantes de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

## Uma defensora das Livro das heroínas

A deputada Celina Leão (PP/DF) apresentou os [PL 1746/2021](#) e [PL 1795/2021](#), para inscrever no Livro de Heróis e Heroínas da Pátria o nome de Laudelina de Campos Melo. Na justificativa a autora lembra que Laudelina de Campos Melo é a pioneira na luta por direitos de trabalhadores e trabalhadoras domésticas no Brasil e foi graças a ela e sua busca por melhores condições de trabalho que esta categoria surgiu como movimento sindical em 1936, na cidade de Santos. A articulação para esse projeto envolveu a Fenatrad e a Frente Parlamentar Feminista Antirracista.

# VALE A PENA CONFERIR!



Anis - Instituto de Bioética, Global Doctors for Choice Brasil, Núcleo de Atenção Integral a Vítimas de Agressão Sexual (Nuavidas), do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais

Cartilha [Aborto Legal via telessaúde - Orientações para serviços de saúde 2021](#)



Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher)

Audiência Pública sobre Femicídio - Nem pense em me matar - quem mata uma mulher mata a humanidade



Portal Firminas

Violência doméstica: cerca de 300 PLs buscam descaracterizar Lei Maria da Penha



Secretaria da Mulher/Câmara

Painel A Situação das Trabalhadoras Domésticas em Meio à Pandemia



CULT

O peso do cuidado: a sobrecarga de trabalho das mães na pandemia



Radarelaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.